

“Não deixarei Bolsonaro sem palanque na Bahia”, diz Roma

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos), declarou que no momento não está pensando em eleição, contudo, afirmou que não deixará o presidente Jair Bolsonaro sem palanque na Bahia. Nos bastidores, o gestor é ventilado como possível candidato ao Governo da Bahia no próximo ano, uma vez que o bolsonarismo procura um nome local para turbinar a campanha presidencial. “Não irei antecipar o processo eleitoral de 2022. Não posso, como ministro da Cidadania, me pronunciar

sobre montagem de chapa”, declarou, em entrevista à rádio Brado, na manhã de ontem.

Roma agradeceu ao apoio que tem recebido de bolsonaristas, em especial do filho do presidente, o deputado federal paulista Eduardo Bolsonaro. “Agradeço muito à confiança e todo o apoio que tenho recebido aqui no governo Bolsonaro para tratar dos assuntos de interesse da Bahia e todo o respaldo. É o maior desafio da minha vida pública. São muitos temas de responsabilidade aqui no Ministério da Cidadania, como Auxílio Emergencial. [...] Fico muito feliz com essa confiança depositada na minha pessoa. Meu foco é desenvolver bem a função para a

qual fui destacado. É estar à frente desta importante pasta. Não deixarei o presidente Jair Bolsonaro sem palanque na Bahia”, salientou.

Questionado sobre o suposto rompimento com padrinho político e ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), que também é pré-candidato ao Governo da Bahia, Roma avaliou como sendo um “momento traumático”. “Foi um momento muito traumático. Eu tive uma vida dedicada a ACM Neto. Eu confesso que foi um momento muito desgastante. Mas, na política, temos que tomar posições, e eu tomei posição junto com o meu partido Republicanos. [...] Isso foi um ponto de divergência. Política se



JOÃO ROMA declarou que no momento não está pensando em eleição

exerce com posições. O que posso assegurar é que estarei dedicado ao projeto de Bolsonaro junto com o Republicanos. Não há nenhuma combinação”.

Roma também teceu um rosário de elogios ao presidente da República, de quem já foi adversário

político no início do governo. “Fico, de fato, muito encorajado na mudança de vida dos brasileiros. Outro dia me perguntaram como era trabalhar com Bolsonaro. Tinha até um certo receio, mas digo que está sendo muito bom o dia a dia com o presidente. Ele dá muita

autonomia aos seus ministros”. O gestor também reavaliou as críticas que fez contra Bolsonaro no passado. “Ele mudou de posição. Foi um gesto de humildade do presidente”, declarou. “Todos nós somos humanos, todos nós somos falíveis”.

MUNICÍPIOS

Prefeitos baianos vão a BSB cobrar parcelamento de dívidas



LIDERANÇAS municipalistas estaduais, entre elas o presidente da UPB, Zé Cocá (PP), e a diretoria da CNM, foram a Brasília

Lideranças municipalistas estaduais, entre elas o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá (PP), e a diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentaram nesta semana uma série de demandas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, em Brasília. O encontro, que ocorreu na residência oficial, foi liderado pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, que levou o pleito dos prefeitos para acelerar a votação de propostas como o repasse adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o parcelamento das dívidas previdenciárias e o piso do magistério. A pauta levantada pela CNM já havia sido apre-

senta a Lira pelo presidente Zé Cocá no final do mês de abril, em um encontro na Câmara.

O presidente da CNM lembrou que com a crise na saúde ficou inviável para os Municípios honrarem inúmeros compromissos, dentre eles, o pagamento de dívidas previdenciárias. Nesse sentido, pediu o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2021, que prevê o parcelamento das dívidas previdenciárias. Conforme a estimativa feita pela Confederação, os Entes municipais possuem débitos na ordem de R\$ 103 bilhões junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como endividamento de um grupo significativo de Mu-

nicipios com os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Falta apenas a votação em segundo turno na Câmara dos Deputados para que o repasse adicional de 1% do FPM de setembro se torne realidade. Esse ponto foi mencionado por Ziulkoski na reunião ao explicar que o atendimento ao pleito ajudaria a amenizar as dificuldades das contas municipais, bastante impactadas com a queda das receitas. O presidente da Confederação fez questão de reforçar que o atendimento ao pleito municipalista não traria impacto negativo às contas do governo, pois seria escalonado. A demanda tramita no texto da PEC 391/2017. Lira prometeu conver-

sar com as lideranças na Câmara.

Uma das maiores dificuldades fiscais dos Municípios é a imposição de despesas sem a contrapartida de recursos para fazer frente a essas responsabilidades, como os pisos salariais e novas atribuições. Apresentada por meio da PEC 84/2015, a proposta visa proibir a obrigação e a transferência de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público pelos entes federados, além de vedar a criação ou o aumento de despesas sem definir a origem dos recursos. O movimento municipalista também pediu a aprovação dessa matéria, que aguarda a constituição de Comissão Especial.

Câmara aprova LDO 2022 com receita de R\$ 8,3 bilhões

Das seis emendas apresentadas ao projeto, cinco foram rejeitadas e uma acolhida

EQUIPE DE POLÍTICA

A Câmara Municipal de Salvador aprovou na tarde de ontem, durante a 22ª Sessão Ordinária da 19ª Legislatura, o Projeto de Lei nº 180/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022. A LDO, como é chamada a matéria, prevê uma receita de R\$ 8,3 bilhões. Os trabalhos da sessão semipresencial a partir do Plenário Cosme de Farias foram conduzidos pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (MDB).

A LDO ganhou uma emenda do vereador Edvaldo Brito (PSD) e o bloco de oposição votou contra o texto original, porém concordou com a emenda. O líder do governo, vereador Paulo Maga-

lhães Jr. (DEM), ressaltou a prioridade nas áreas de educação, saúde e assistência social.

“A construção do PLDO impôs desafios para os técnicos na missão de fixar despesas que caibam no orçamento, dentro de um processo equilibrado. A Câmara cumpriu seu papel, em mais uma nítida demonstração de compromisso com a cidade. Analisou, discutiu e elaborou emendas que aprimoraram ainda mais o projeto”, disse Paulo Magalhães Jr.

Ainda na sessão ordinária, os vereadores aprovaram, conforme acordo dos líderes partidários, todas as matérias da Ordem do Dia, começando pelo Veto nº 02/21, que foi mantido e sobrestava a pauta. O veto parcial diz respeito ao Projeto de Lei nº 186/

2020, de autoria do vereador Joceval Rodrigues (Cidadania). A matéria dispõe sobre a criação de uma política de incentivo à inclusão social e fomento ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais.

Projetos de indicação e resolução, moções e requerimentos e ainda os Projetos de Lei nº 224/21 e nº 228/2021, ambos de autoria do Executivo Municipal, foram aprovados. O PL 224 dispõe sobre a ampliação do benefício Salvador por Todos, altera dispositivos das Leis nº 9.531, de 25 de junho de 2020, nº 9.517, de 30 de março de 2020, e nº 9.563, de 25 de março de 2021.

Das seis emendas apresentadas, cinco foram rejeitadas e uma acolhida, a do vereador Alexandre Aleluia (DEM), evitando a exclusão

automática dos beneficiados que tomaram apenas a primeira dose da vacina contra a Covid-19. Conforme o projeto do Executivo, fica autorizado e facultado ao Município o pagamento de, no máximo, doze parcelas do “Auxílio Salvador por Todos”, nos 12 meses subsequentes ao final do prazo previsto no art. 3º da Lei nº 9.517, no valor de R\$ 270, observado o objetivo do benefício e a disponibilidade orçamentária.

Já o PL nº 228/21 fixa o auxílio alimentação para os profissionais contratados sob Regime de Direito Administrativo (Reda), para garantir a continuidade da prestação de serviço de Transporte Coletivo de Passageiro por Ônibus (STCO), com fundamento na Lei Complementar nº 77, de 25 de março de 2021.



A CÂMARA Municipal de Salvador aprovou na tarde de ontem a LDO 2022

Bolsonaro confirma intenção de indicar Mendonça ao STF



JAIR BOLSONARO confirmou ontem que pretende indicar o atual ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, para o STF

O GLOBO

O presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem que pretende indicar o atual ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro disse que “uma pitada de religiosidade” seria “bem-vinda” na Corte.

A declaração foi feita em entrevista à rádio Guaíba. O presidente já havia feito o anúncio na terça-feira, durante reunião de ministros, como antecipou o colunista Lauro Jardim. “Hoje em dia é nossa intenção, sim, indicar o senhor André Mendonça para o Supremo Tribunal

Federal”, disse Bolsonaro na entrevista.

O presidente afirmou que gostaria que uma vez por semana as sessões do STF começassem com uma oração feita por Mendonça: “Como é bom se uma vez por semana, nessas sessões que são abertas no Supremo Tribunal Federal, começasse com uma oração do André”, disse, acrescentando: “Então, uma pitada de religiosidade, de cristianismo, dentro do Supremo, é bem-vinda”.

De acordo com Bolsonaro, Mendonça fez um discurso na reunião ministerial de terça-feira no qual disse que “não abre mão das suas convicções”: “Ele falou por 10 minu-

tos sobre ele possivelmente no Supremo, o que ele achava do governo e também com a sua convicção religiosa. E levou mais da metade das pessoas presentes, tinha, acredito que umas cinquenta pessoas, às lágrimas. É um homem humano, sério, humildade. Falou que não abre mão das suas convicções. Respeita todo mundo. É uma pessoa ideal para o Supremo”.

Enquanto falava de Mendonça, Bolsonaro criticou o ministro do STF Luís Roberto Barroso, por, segundo ele, não acreditar em Deus e por defender coisas que “não encontram amparo nenhum” na Bíblia.

Em outros momentos da entrevista, o presidente

também fez diversas críticas a Barroso, dizendo que ele “quer destruir nossa democracia” e é um “péssimo ministro”. Barroso, que preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tem sido alvo de ataques de Bolsonaro por ser contrário à proposta de impressão do voto.

Ao voltar a defender a proposta, o presidente disse nesta terça-feira que irá apresentar provas de fraude na eleição de 2014, que teriam sido relatadas por uma testemunha. No mês passado, o TSE deu 15 dias para Bolsonaro apresentar evidências de fraudes na urna eletrônica. Devido ao recesso judiciário, esse prazo vence no dia 2 de agosto.